UM POUCO DE HISTÓRIA II:

O ENSINO DE LEITURA - ONTEM E HOJE

META

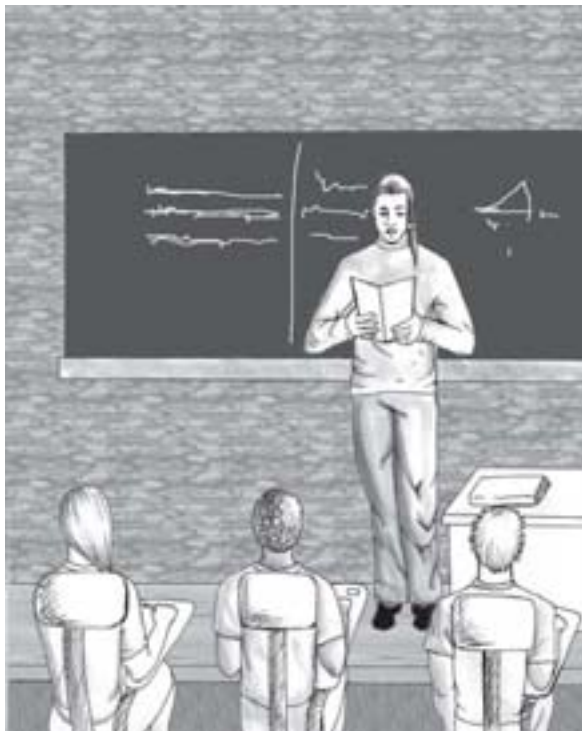
Apresentar a relação entre o ensino de leitura e suas finalidades pedagógicas, políticas e culturais, observando dois momentos históricos; apresentar diferentes modos de interação entre leitor e texto; e mostrar, nos PCN para Língua Portuguesa, a relação entre leitor e texto, e entre interdisciplinaridade e intertextualidade.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: reconhecer a importância das finalidades pedagógicas, políticas e culturais do ensino de leitura, historicamente e nos dias atuais; identificar as relações existentes entre ensino de leitura, interdisciplinaridade e intertextualidade, bem como a importância de tais conceitos para o alcance da finalidade maior da LDB/96: a formação de cidadãos críticos.

PRÉ-REQUISITOS

Conceitos de texto e discurso; escolarização; catecismo; intertextualidade; língua nacional.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, você vai aprender o modo como o ensino de leitura se relaciona com suas finalidades pedagógicas, políticas e culturais, as quais são representadas de modos diversos em momentos históricos diferentes. Para tanto, lerá mais um pouco sobre a história do ensino de leitura, relacionando dois momentos específicos: os séculos XVIII-XIX e o momento atual. Aprenderá também a avaliar o novo papel que a Língua Portuguesa desempenha no currículo da Educação Básica, diante dos pressupostos da LDB de 1996 e das diretrizes e parâmetros curriculares nacionais, observando o modo com a articulação da interdisciplinaridade com a intertextualidade pode facilitar a formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Pessoas andando nas ruas (Fonte: http://www.nacio.com.br).

ENSINO DE LEITURA

Como você pôde inferir a partir da leitura da aula anterior, a história do ensino de leitura relaciona-se, em sentido amplo, às finalidades pedagógicas, políticas e culturais representativas de diferentes momentos históricos. Tais finalidades, além de orientarem as relações entre o leitor e o texto, possibilitam a construção de diferentes concepções do próprio ato de ler, interferindo nos processos de constituição de novos sentidos e de manutenção ou reafirmação de sentidos sedimentados pelo uso.

Nessa perspectiva, as finalidades cumprem a um só tempo uma dupla função: manter estruturas sociais, as quais se organizam sob a forma de representações, e apropriar-se de tais representações, a fim de dar lugar a novos efeitos de sentido, capazes de promover mudanças no cenário social. Esse é o caso, por exemplo, do ensino de leitura com vistas a uma cristianização eficaz (HÉBRARD, 1990), que perdurou, na Europa, entre os séculos XVI e XVII. Nessa conjuntura sócio-histórica, como foi visto na aula 12, catequizar passou a ser uma das primeiras práticas de ensino no sentido tradicional do termo, cuja finalidade era a conversão, isto é, converter o descrente em crente da doutrina cristã.

Vimos que os grupos religiosos tinham na conversão sua finalidade principal, de modo a não apenas garantir a manutenção dos conhecimentos e valores cristãos sedimentados historicamente, mas também modificá-los ou rearranjá-los na forma de catecismos, que funcionavam como guias para aqueles que ensinavam aos aprendizes as orações e os elementos principais da doutrina, sob a forma de perguntas e respostas alternadas, configurando-se como método de ensino-aprendizagem pelo qual se entrecruzam formação religiosa e ensino de língua.

O ensino de leitura, quando delimitado ao quadro estrito das práticas escolares, depara-se com a questão da disciplinarização. Historicamente, o ato de ler, juntamente com o escrever e o contar, figurou, por muito tempo, como saber elementar e de caráter não disciplinar, funcionando, em contrapartida, como suporte ao ensino de saberes elementares. Segundo Hébrard (1990), é no processo de escolarização que a leitura, bem como os demais saberes elemen-

tares, assume estatuto de disciplina ligada às primeiras aprendizagens, mais propriamente, à alfabetização.

O ENSINO DE LEITURA ONTEM

Não há como relacionar o processo histórico do ensino de leitura às finalidades sociais, características de uma dada conjuntura político-ideológica, sem antes ressaltar que a tríade <<ler-escrever-contar>>, no processo de escolarização, transmudou-se da posição de saberes elementares para o estatuto de disciplinas escolares. Essa mudança implicou uma sistematização das relações entre texto e leitor, de modo a que fossem alcançadas as finalidades mais específicas da instituição escolar, aliadas às finalidades mais gerais da Igreja e do Estado.

Durante o período de escolarização dos saberes elementares, bem como nos períodos que o antecederam, o poder da Igreja, como foi visto, exerceu grande domínio no ensino de leitura, cuja finalidade era a conversão dos aprendizes aos mandamentos da doutrina cristã. No século XVII, na França, a escola torna-se a estrutura mais privilegiada para o ensino da leitura pela prática da catequese, na medida em que "ela [a escola] permite subtrair as crianças às influências nefastas da rua ou mesmo da família" (HÉBRARD, 1990).

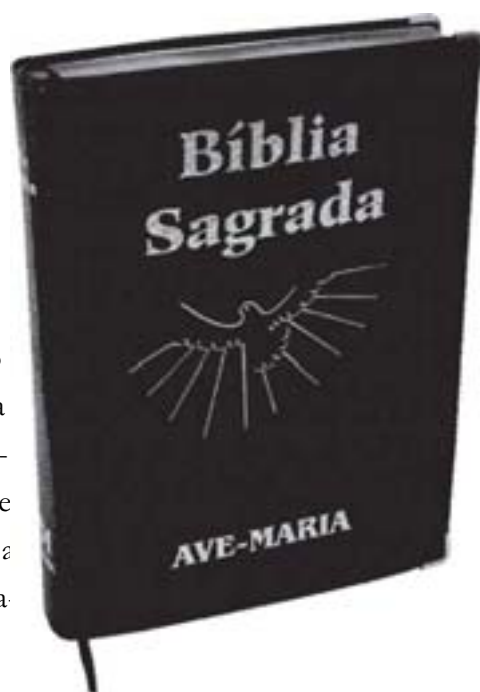
Nessa primeira conjuntura histórica, a relação entre texto e leitor define-se pela leitura oral de catecismos mediada por um instrutor a seus aprendizes, com vistas à memorização dos preceitos cristãos. Nesse caso, leitura e memorização confundem-se em uma mesma prática social.

Observe que o leitor-aprendiz não mantém contato direto com o texto, mas indireto, pela escuta e memorização do conteúdo explicitado ou enunciado nos catecismos. Não há abertura para questionamentos, uma vez que não se busca entender o que ficou por dizer. O "dito" representa, nesse contexto, verdade inquestionável, ou, na melhor das hipóteses, a tradução fiel da Palavra de Deus inscrita nas Sagradas Escrituras.

É possível depreender-se também outro aspecto interessante que diz respeito ao baixo grau de intertextualidade, apenas presente por meio da remissão dos catecismos ao texto maior das Sagradas Escrituras. Além disso, note que o estreitamento dos processos de constituição de sentidos pelo uso restrito da intertextualidade aponta para a vocação unidisciplinar das escolas paroquiais do período em questão, visto que o que se buscava era a conversão dos sujeitos à Palavra de Deus, e não o seu questionamento.

Mantida no centro das práticas escolares, a catequese passa a ser pensada, num momento posterior, com referência à alfabetização e a uma utilização regular do impresso. Em decorrência disso, objetivava-se o ensino gramatical para que as crianças pudessem "passar da simples memorização dos textos rituais da religião à compreensão das dificuldades da catequese" (HÉBRARD, 1990).

Nesse cenário, a alfabetização apresenta-se como o caminho mais rápido e eficaz para alcançar a finalidade da doutrina cristã, uma vez que permite a relação direta, sem intermediação de terceiros, entre leitor e texto. Contudo, ser alfabetizado significa apenas saber codificar e decodificar elementos gramaticais da língua. Assim, a relação entre leitor e texto minimiza-se ao processo de decifração.

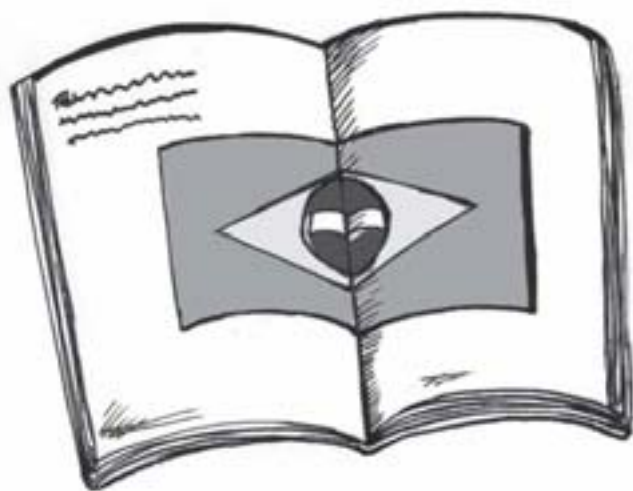
Já no século XVIII, a Igreja divide o domínio e o controle do ensino com o Estado, ocorrência que desloca o foco da alfabetização como ferramenta para servir também à "civilização dos costumes e dos espíritos" (HÉBRARD, 2000). Essa segunda finalidade direcionou uma pedagogia que facultava a aprendizagem simultânea da leitura e da escrita.

Bíblia sagrada (Fonte: http://www.avemaria.com.br).

Inicialmente voltada à leitura de versões ou traduções de textos clássicos greco-romanos, a aprendizagem da escrita-redação pautava-se nos preceitos do sistema retórico da Antigüidade Clássica. Para tanto, um dos exercícios mais importantes para alcançar a escrita dos letrados era o da ampliação, pelo qual era fornecido aos alunos um assunto extraído de um autor latino (*inventio*), seu argumento resumido (*dispositio*) e a moral que deveriam extrair dele (*aplicatio*). Os alunos deveriam redigir o desenvolvimento (*elocutio*), procurando imitar o melhor possível as formas e o estilo dos textos dados como modelos (HÉBRARD: 2000).

A necessidade da valorização da língua nacional operou uma nova transformação nas práticas de ensino de redação, agora voltadas à produção de resumos e de paráfrases de textos da "literatura nacional", pela qual o aluno aprendia ao mesmo tempo a memorizar os conteúdos e a dominar a arte de escrever. Associada à escrita, a prática de leitura revestia-se da ação de resumir e decorar os conteúdos lidos.

Em termos gerais, a "civilização dos costumes e dos espíritos", finalidade do Estado no século XIX, pode ser entendida sob duas perspectivas: a primeira voltada a civilizar pela transmissão dos costumes da literatura clássica e formar cidadãos imbuídos do mesmo espírito; a segunda a civilizar pela transmissão dos valores da língua nacional, expressa na variada literatura da época.

Para atender ao primeiro enfoque da finalidade, o leitor em formação deveria assimilar, na leitura dos clássicos, os conhecimentos e valores morais e éticos num movimento de aculturação, pelo empréstimo desse modelo de civilização européia, mesmo em países como o Brasil. Ao segundo enfoque, civilizar consiste na transmissão dos conhecimentos e valores da cultura nacional, marcados pela leitura de obras literá-

rias. Assim, a transmissão de conhecimentos desloca-se do universal para o local ou nacional. Todavia, não se altera a prática discursiva, uma vez que o espaço de interações restringe-se ao texto literário. Embora seja um texto polissêmico, não podemos esquecer que a relação do leitor com esse tipo de texto regulava-se prioritariamente pela memorização de seu conteúdo.

O ENSINO DE LEITURA HOJE

Atualmente, os dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecem diretrizes para Educação Nacional que se sustentam sobre bases ou "princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana" (BRASIL, 1996). Sobre essas bases, as diretrizes se realizam em dispositivos legais que atendem a duas finalidades gerais: o preparo para exercício da cidadania e a qualificação profissional.

A estrutura desse projeto nacional para a Educação Básica compreende uma Base Nacional Comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma Parte Diversificada. A primeira refere-se ao conjunto de conteúdos mínimos das Áreas de Conhecimento articulados aos aspectos da Vida Cidadã, de acordo com o artigo 26 da LDB. A segunda envolve os conteúdos complementares, que devem estar integrados à Base Nacional Comum, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade.

Dessa forma, a articulação entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada passa pela relação inexorável entre um saber instituído e um saber instituinte. Em outros termos, a construção de um novo saber não prescinde de sua relação com a história. Nesse sentido, o desenvolvimento da capacidade de aprender para progredir no trabalho e em estudos posteriores, e principalmente para formar sujeitos autônomos para o pleno exercício da cidadania, depende do domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Dessas considerações, é possível entrever duas questões importantes. Uma relativa à edificação de um projeto de nação, cujo nascedouro situa-se na Educação. A outra diz respeito à construção de novos saberes pelo vínculo entre as finalidades desse projeto nacional e a formação de leitores críticos, capazes de flexibilizar os novos conhecimentos em diferentes contextos.

O artigo primeiro da LDB/1996 define a educação como um processo formativo que pode se desenvolver não somente nas instituições de ensino e pesquisa e no seio familiar, mas também na "convivência humana" e, principalmente, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil, incluindo as "manifestações culturais" (BRASIL, 1996). Na interpretação dada ao artigo pelo Parecer n. 4/98, emitido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, tal concepção de educação está relacionada com a "invenção da cultura", entendida esta não como algo acabado, representativo de uma identidade que se quer unívoca, nacional, mas como "território privilegiado dos significados" (BRASIL, 1998a). Assim, a leitura do mundo torna-se algo imprescindível para sua compreensão, ampliando-se tal capacidade com a criação contínua de linguagens e a possibilidade crescente de socializá-las.

A Língua Portuguesa, como você viu na Introdução da aula 1, vai desempenhar, nesse novo contexto, um papel preponderante na Educação Básica, pois é a disciplina responsável pelo rito de passagem que vai da alfabetização ao letramento, bem como pela capacitação do aluno à leitura do mundo, colocando-se também no centro da dis-

cussão acerca de um dos principais problemas da educação no país: a falta de competência com relação à leitura e à escrita (BRASIL, 1998b).

Desse modo, se uma das diretrizes para a educação nacional é o reconhecimento de "identidades pessoais", o que implica o respeito às diferenças e variedades de gênero, étnicas, lingüísticas, etárias, regionais e sócio-econômicas, a cultura é vista em sua diversidade. Por outro lado, esse reconhecimento apresenta-se não somente como vontade de um Estado onipotente – ou pedagógico (BHABHA, 2005) –, mas também como resposta às pressões e solicitações dos movimentos sociais e dos organismos da sociedade civil.

No entanto, o reconhecimento da diversidade cultural não invalida o referido "projeto de nação", embora este se apresente de modo diferente, uma vez que busca contemplar não só as diferenças, mas também suas divisões e contradições internas. A situação atual pode ser resumida por este fragmento de Bhabha (2005: 209), quando explica a temporalidade do "entre-lugar" das dimensões pedagógica e performativa do "espaço do povo":

O problema não é simplesmente a 'individualidade' da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população (...), espaço liminar de significação que é marcado *internamente* pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural.

Certamente, altera-se sobremaneira a relação entre leitor e texto, uma vez que ser leitor implica a capacidade de articular presente e passado para projetar o futuro da "nação brasileira", sob a forma de novas possibilidades de transformação das práticas sociais, cujas bases se traduzem nos princípios de liberdade e solidariedade humana. Da relação entre contemporaneidade e história, emerge o imaginário social sob a forma de projetos futuros de mudança da sociedade.

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERTEXTUALIDADE

A construção de novos saberes é uma prática sócio-interacional que se desenvolve em diferentes situações de uso da linguagem oral ou escrita. Contudo, quando se busca entender esse processo na situação particular de ensino-aprendizagem, desenvolvida no interior do espaço institucional da escola, há que se ponderar sobre a tradição das práticas escolares e sobre a disciplinarização dos conhecimentos no interior desse espaço. Para tanto, é preciso que se postule que toda e qualquer mudança de contexto social interfere nos modos de representar o objeto de conhecimento, ou melhor, cada contexto de uso recria o objeto. Nesse sentido, entende-se que a escola se constitui como um contexto particular de produção e criação do conhecimento.

A questão dos elementos que constituem a disciplina escolar passa, segundo Chervel (1990), pela exposição do professor e pelo manual de um conteúdo de conhecimentos. Ressalte-se ainda que, conforme esse mesmo autor, os conteúdos disciplinares e, conseqüentemente, sua exposição alteram-se em função das finalidades específicas da disciplina.

Por outro lado, historicamente as disciplinas escolares têm atuado em apenas uma área de conhecimento, o que lhes têm conferido uma vocação unidisciplinar. O diálogo com outras áreas do saber, que credencia uma abordagem interdisciplinar, tem apresentado pouco êxito na escola. Resta, nessa perspectiva, indagar se no contexto particular da escola, e frente aos objetivos específicos da disciplina que gira em torno do ensino-aprendizagem da leitura, será viável a construção de uma rede relacional entre diversas áreas de conhecimento com vistas a alcançar uma das finalidades principais da LDB, que consiste em garantir o direito à cidadania.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, os conteúdos de Língua Portuguesa articulam-se em torno de dois eixos: o uso da língua oral e escrita e a refle-

xão sobre a língua e a linguagem. Em função de tais eixos, os conteúdos propostos no documento organizam-se, por um lado, em prática de escuta e de leitura de textos, orais e escritos, ambas articuladas no eixo USO; por outro, em prática de análise lingüística, organizada no eixo REFLEXÃO.

Como você tem visto nas aulas desta disciplina, o uso da linguagem se efetiva em situações concretas de interação e implica sempre a sua formalização em textos. Nesse sentido, evidencia-se, nos PCN, a relação entre leitor e texto pautada nos processos de constituição de sentidos. A intertextualidade, desse modo, se apresenta como um fator imprescindível para a interpretação, compreensão e escrita de textos, bem como para assegurar uma abordagem interdisciplinar.

A educação, desse modo – especialmente a educação escolar –, ao relacionar-se com a invenção de cultura, passa a ser uma instância produtora de conhecimento, de novas linguagens, constituinte e constituidora de um "território privilegiado" de significados. Ela não mais se coloca como agente difusor de uma cultura oficial, mas como agente facilitador na formação de identidades culturais. Resta saber se a escola, ao receber tais influxos oriundos dos estudos lingüísticos, vai servir a esse novo papel que lhe foi atribuído. A história das disciplinas escolares mostra que muitas vezes a instituição escolar rejeita o que é estranho ao seu próprio funcionamento (CHERVEL, 1990), colocando em questão muitos lugares comuns acerca das práticas escolares. Mesmo assim, não se sabe até que ponto, ou em que medida, ela pode ser lugar de conservadorismo ou de transformação. Só o tempo dirá.

ATIVIDADES

Baseando-se na leitura desta aula, elabore um texto no qual as relações entre leitor e texto possam ser identificadas e analisadas em diferentes momentos históricos. Em seguida, estabeleça relações comparativas com os dias atuais.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

O texto deve ser dissertativo, de modo que você possa resgatar as diferentes relações entre leitor e texto e compará-las com outros modos de interação da atualidade. Certamente, o caráter mais opinativo de sua produção textual deverá estar mais evidente no momento da comparação entre o ontem e o hoje.

CONCLUSÃO

Esta aula, igualmente à anterior, possibilitou a você uma ampliação do conhecimento de mundo sobre a história do ensino da leitura e seu comprometimento com as finalidades da Igreja e do Estado. Contribuiu também para reanimar criticamente as discussões acerca dos atuais Parâmetros Curriculares Nacionais e o papel crucial que assume o ensino da língua portuguesa. Outro ponto relevante é a influência da escola em todo o processo de reforma político-pedagógica no cenário brasileiro.

RESUMO

Como você pôde observar, o ensino de leitura, em ambos os momentos históricos estudados, relaciona-se com suas finalidades pedagógicas, políticas e culturais. Se durante os séculos XVIII e XIX o ensino de leitura deixou de servir, aos poucos, aos ditames da doutrina cristã, fazendo parte das finalidades de um Estado unificador e onipotente, uma das diretrizes para a educação nacional, nos dias de hoje, é o reconhecimento de "identidades pessoais", o que implica o respeito às diferenças e variedades de gênero, étnicas, lingüísticas, etárias, regionais e sócio-econômicas. No entanto, como vimos, o reconhecimento da diversidade cultural não invalida um "projeto de nação". A Língua Portuguesa, dessa forma, passou a ter um papel fundamental na Educação Básica, pois é a disciplina responsável pelo rito de passagem que vai da alfabetização ao letramento, bem como pela capacitação do aluno à leitura do mundo. Nessa perspectiva, a relação entre interdisciplinaridade e intertextualidade pode ser vista como um agente facilitador para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.

PRÓXIMA AULA

Logo mais, você conhecerá as diferentes concepções de leitura e identificará o leitor real e o virtual, além de diferenciar produtividade de criatividade.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myrian Ávila, Eliana Lourenço e Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_______ . **Parecer 04/98 sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/CNE, 1998.

_______. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos). Brasília: MEC/Semtec, 1998b..

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Teoria & Educação.** Porto Alegre: n. 2, p. 177-229, 1990.

HÉRBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Teoria & Educação.** Porto Alegre, n. 2, p. 65-109, 1990..

________________**Três figuras de jovens leitores:** alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. Tradução: Christian Pierre Kasper. Campinas: Mercado de Letras / Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2000.